

SISTEMA PRISIONAL FEMININO E AGENDA 2030: DESAFIOS À IGUALDADE DE GÊNERO E À JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL**FEMALE PRISON SYSTEM AND THE 2030 AGENDA: CHALLENGES TO GENDER EQUALITY AND SOCIAL JUSTICE IN BRAZIL****EL SISTEMA PENITENCIARIO FEMENINO Y LA AGENDA 2030: DESAFÍOS PARA LA IGUALDAD DE GÉNERO Y LA JUSTICIA SOCIAL EN BRASIL**<https://doi.org/10.56238/ERR01v10n5-049>**Eliane Octaviano Martins**

Doutora

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: coord@mlawbrasil.com

Mariana Canosa

Mestranda em Direitos Humanos

Instituição: Centro Universitário FIEO (UNIFIEO)

E-mail: marianacanosa.adv@gmail.com

Paulo Henrique de Arruda

Mestrando

Instituição: Centro Universitário FIEO (UNIFIEO)

E-mail: pauloharruda0@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe uma análise crítica do sistema prisional feminino brasileiro à luz da Agenda 2030 da ONU, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5 (igualdade de gênero), 10 (redução das desigualdades) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes). A partir de uma base teórica centrada na crítica à cultura androcêntrica e às violações de direitos no cárcere feminino, o texto propõe a integração dessas questões com as diretrizes internacionais para o desenvolvimento sustentável. Por meio de uma abordagem interseccional, o artigo evidencia como o encarceramento de mulheres reproduz desigualdades estruturais e propõe recomendações baseadas nas Regras de Bangkok e em políticas públicas inclusivas. Considerando que a Agenda 2030 deve ser vista como um instrumento estratégico e ético para reformar o sistema de justiça, promovendo a dignidade, os direitos humanos e a reintegração social das mulheres privadas de liberdade.

Palavras-chave: Sistema Prisional Feminino. Agenda 2030. ODS. Igualdade de Gênero. Justiça Social.

ABSTRACT

This article offers a critical analysis of the Brazilian female prison system in light of the United Nations 2030 Agenda, with a focus on Sustainable Development Goals 5 (gender equality), 10 (reduction of inequalities), and 16 (peace, justice and strong institutions). Grounded in a theoretical framework that

critiques the androcentric culture and human rights violations within women's prisons, the article proposes the integration of these issues with international guidelines for sustainable development. Through an intersectional approach, the discussion highlights how women's incarceration perpetuates structural inequalities and presents recommendations based on the Bangkok Rules and inclusive public policies. The article argues that the 2030 Agenda should be understood as a strategic and ethical tool to reform the justice system by promoting dignity, human rights, and the social reintegration of incarcerated women.

Keywords: Female Prison System. 2030 Agenda. SDGs. Gender Equality. Social Justice.

RESUMEN

Este artículo propone un análisis crítico del sistema penitenciario femenino brasileño a la luz de la Agenda 2030 de la ONU, centrándose en los Objetivos de Desarrollo Sostenible 5 (igualdad de género), 10 (reducción de las desigualdades) y 16 (paz, justicia e instituciones eficaces). A partir de un marco teórico que critica la cultura androcéntrica y las violaciones de derechos humanos en las cárceles femeninas, el texto propone integrar estas problemáticas con las directrices internacionales para el desarrollo sostenible. Mediante un enfoque interseccional, el artículo destaca cómo el encarcelamiento de mujeres reproduce las desigualdades estructurales y propone recomendaciones basadas en las Reglas de Bangkok y políticas públicas inclusivas. Considera que la Agenda 2030 debe concebirse como un instrumento estratégico y ético para reformar el sistema de justicia, promover la dignidad, los derechos humanos y la reintegración social de las mujeres privadas de libertad.

Palabras clave: Sistema Penitenciario Femenino. Agenda 2030. ODS. Igualdad de Género. Justicia Social.

1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional feminino brasileiro é marcado por desigualdades estruturais que extrapolam a simples privação de liberdade. Embora a ordem constitucional assegure direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana e a igualdade de gênero, a realidade das mulheres encarceradas revela um cotidiano permeado por violações institucionais, invisibilidade e abandono. A estrutura prisional foi historicamente concebida sob uma lógica masculina, centrada em padrões disciplinares, arquitetônicos e administrativos que ignoram as especificidades fisiológicas, sociais e subjetivas das mulheres, sobretudo quando associadas a marcadores de raça, classe e maternidade.

Essa lógica institucional se ancora em uma cultura androcêntrica, na qual o masculino é tomado como padrão universal, enquanto o feminino é tratado como desvio ou exceção. No sistema penal, isso se traduz em práticas que desconsideram as demandas reprodutivas e afetivas das mulheres presas, além de reforçar um duplo estigma: o da transgressão penal e o da ruptura com papéis socialmente impostos à feminilidade. Tal estrutura, longe de ser neutra, opera como vetor de reprodução da desigualdade e do controle social seletivo, em especial sobre mulheres negras, periféricas e em situação de pobreza, frequentemente vinculadas a delitos de menor potencial ofensivo como o tráfico de drogas de subsistência.

A partir dessa realidade, torna-se essencial analisar o cárcere feminino à luz da Agenda 2030 da ONU, em especial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 (igualdade de gênero), 10 (redução das desigualdades) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes), que oferecem marcos éticos e normativos para a formulação de políticas públicas comprometidas com a justiça social. A incorporação desses objetivos em análises jurídicas e políticas permite identificar com maior precisão os pontos de fratura entre os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e a prática institucional vigente nas unidades prisionais femininas.

Ao adotar uma abordagem qualitativa de caráter crítico e interseccional, o presente artigo realiza uma análise documental e bibliográfica da legislação nacional, das diretrizes internacionais em matéria de direitos humanos e de dados empíricos sobre o encarceramento feminino no Brasil. Parte-se do pressuposto de que a construção de políticas públicas sensíveis ao gênero depende da superação de um modelo penal excludente e incompatível com os princípios constitucionais e com os compromissos firmados no plano global.

Dessa forma, o artigo estrutura-se em quatro eixos. O primeiro apresenta os princípios da Agenda 2030 e os ODS relevantes ao tema. O segundo aprofunda a análise da cultura androcêntrica no sistema prisional. Em seguida, discute-se a precariedade das políticas de ressocialização para mulheres e as violações aos direitos fundamentais. Por fim, são apresentadas considerações críticas

que articulam os marcos normativos nacionais e internacionais, apontando caminhos possíveis para uma reforma estrutural orientada pela equidade de gênero e justiça social.

2 A AGENDA 2030 E OS LIMITES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO BRASILEIRO

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo um plano de ação global composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas interligadas. Essa agenda visa integrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento, promovendo a erradicação da pobreza, a proteção do meio ambiente e a garantia de paz e prosperidade para todos os povos. A Agenda 2030 representa um compromisso coletivo dos Estados-membros da ONU em enfrentar os desafios globais de forma colaborativa e sustentável.¹

No que se refere ao sistema prisional feminino, três ODS se destacam por sua pertinência: o ODS 5 (igualdade de gênero), o ODS 10 (redução das desigualdades) e o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes). Esses objetivos não apenas fornecem parâmetros ético-jurídicos, mas também exigem a criação de políticas públicas concretas que rompam com a cultura androcêntrica predominante no sistema penal.²

O ODS 5 tem como objetivo alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas em todas as esferas sociais, exigindo a eliminação de práticas discriminatórias e a promoção de ambientes institucionais sensíveis às especificidades femininas. Sua aplicação ao contexto carcerário implica reconhecer a maternidade, a saúde reprodutiva, o cuidado com os filhos e a proteção contra a violência institucional como eixos centrais da política prisional.³ A ausência de políticas públicas com esse escopo contribui para a revitimização das mulheres privadas de liberdade, aprofundando o ciclo de exclusão que a pena deveria interromper.

O ODS 10 trata da redução das desigualdades sociais, econômicas e políticas, priorizando a promoção da equidade. No contexto do cárcere feminino, sua efetividade depende do enfrentamento da seletividade penal, que recai de forma desproporcional sobre mulheres negras, pobres e periféricas.⁴ Sem políticas intersetoriais e dados separados por raça, gênero e classe, torna-se difícil formular respostas institucionais eficazes.

¹ Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 01/05/2025.

² Idem.

³ IPEA. ODS 5 - Igualdade de Gênero. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>. Acesso em: 01/05/2025.

⁴ IPEA. ODS 10 - Redução das Desigualdades. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>. Acesso em: 02/05/2025.

Já o ODS 16 propõe o fortalecimento de instituições inclusivas, justas e eficazes. Sua realização no âmbito prisional exige o combate às práticas arbitrárias, o respeito ao devido processo legal e o acesso à justiça por meio de defensorias públicas capacitadas e especializadas. A ausência de escuta institucional das mulheres encarceradas, bem como a falta de participação ativa dessas mulheres na formulação de políticas penitenciárias, contraria frontalmente os pressupostos desse ODS.⁵

Em síntese, embora a Agenda 2030 represente um avanço na articulação internacional dos direitos humanos com o desenvolvimento sustentável, sua implementação no sistema prisional feminino brasileiro esbarra em resistências estruturais, ausência de vontade política e persistência de uma cultura jurídica punitivista e patriarcal. A superação desses entraves exige um esforço de integração normativa entre o plano internacional e o direito constitucional brasileiro, tendo como base a justiça social e a equidade de gênero.

3 A CULTURA ANDROCÊNTRICA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

A existência de desigualdades estruturais no sistema penitenciário brasileiro não pode ser dissociada da forma como a cultura punitiva foi historicamente constituída. Ainda que o sistema jurídico brasileiro reconheça a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental, a aplicação desse princípio torna-se limitada quando confrontada com práticas institucionais que reforçam estereótipos de gênero e negligenciam trajetórias sociais complexas.⁶

O cárcere, longe de ser um espaço neutro, reproduz e intensifica os mecanismos sociais de exclusão, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade, vítimas da cultura do sistema prisional brasileiro, que foi construído a partir de um modelo pensado por homens e para homens, com base em ideais de controle, punição e disciplina fundadas por padrões masculinos de normatividade.⁷

A esse respeito, é relevante considerar que mulheres em privação de liberdade não sofrem apenas os efeitos do isolamento físico. A experiência prisional feminina está fortemente marcada pelo abandono afetivo e institucional, agravado pela ausência de redes de apoio familiar, sobretudo entre aquelas que exercem funções de cuidado antes do encarceramento como mães, filhas e provedoras.⁸

⁵ IPEA. ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods16.html>. Acesso em: 02/05/2025

⁶ SOUZA, Eloisio Moulin de et al. Ressocialização, trabalho e resistência: mulheres encarceradas e a produção do sujeito delinquente. Cadernos EBAPE.BR, v. 16, n. 3, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/s4pJFdFkW6cmRs4VyTHBBWD/>. Acesso em: 02/05/2025.

⁷ QUEIROZ, Nana. Presos Que Menstruam: A Brutal Vida das Mulheres Tratadas Como Homens nas Prisões Brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015.

⁸ DARIAN, Sayle Nayrad Santos; CORDEIRO, Taiana Levinne Carneiro. (Des)Igualdade de Gênero no Sistema Prisional. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 10, p. 5052-5071, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i10.11889. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11889>. Acesso em: 02/05/2025.

Tal desamparo, aliado a sobrecarga histórica dos papéis socialmente impostos às mulheres, acentua sua vulnerabilidade e reforça a necessidade de políticas públicas com sensibilidade de gênero.

Esse cenário ganha contornos ainda mais preocupantes diante do aumento expressivo da população feminina encarcerada no Brasil. Entre 2000 e 2016, houve um crescimento de 656% no número de mulheres presas, alcançando mais de 42 mil detentas, enquanto o número de homens presos cresceu 293% no mesmo período. Em termos proporcionais, o país passou a ocupar o terceiro lugar no ranking mundial de encarceramento feminino, atrás apenas dos Estados Unidos e da Tailândia.⁹

A magnitude desse crescimento revela não apenas uma crise quantitativa, mas sobretudo qualitativa, expondo a precariedade estrutural das políticas penais voltadas às mulheres. A expansão da população carcerária feminina não foi acompanhada por medidas específicas que contemplassem as demandas singulares dessas mulheres, o que resulta na persistência de práticas punitivas que ignoram direitos básicos.¹⁰

Ao contrário de uma estrutura que ofereça suporte, o ambiente prisional feminino ainda opera com base em uma lógica disciplinar que, muitas vezes, pune não apenas o delito cometido, mas a própria condição feminina. A maternidade é tratada como privilégio, e não como direito; gestantes são mantidas em condições insalubres e lactantes são separadas de seus filhos sem garantias mínimas de vínculo afetivo ou amparo psicológico.¹¹

Ainda que a legislação brasileira preveja a permanência dos filhos com as mães até os seis meses de idade, na prática, a separação costuma ocorrer de maneira abrupta e traumática, sem medidas que assegurem o cuidado afetivo ou a saúde emocional de mães e filhos, ou seja, o momento do puerpério é atravessado por uma ruptura abrupta do vínculo materno-infantil, uma vez que a separação entre mãe e filho ocorre sem a devida consideração quanto à continuidade da amamentação, à dor emocional da mulher diante da impossibilidade de nutrir o próprio filho e ao sofrimento causado ao recém-nascido pela interrupção precoce desse vínculo primário.¹² Tal cenário expõe uma das formas mais cruéis do que é ser mulher no Brasil.

Outro aspecto recorrente é o abandono social vivido por mulheres presas. Diferente do que ocorre com os homens encarcerados, que frequentemente mantêm laços familiares e recebem visitas

⁹ Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres – 2ª Edição. Brasília: 2018. Disponível em: https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf, p. 13 e 14. Acesso em: 02/05/2025.

¹⁰ MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia feminista: Novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 118.

¹¹ As Mulheres e o cárcere. Documentário produzido pela Pastoral Carcerária Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cTSgBhSU-dI&t=589s>. Acesso em: 05/05/2025.

¹² BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. Revista Direito GV, v. 22, p. 523-546, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0523.pdf>. Acesso em: 05/05/2025.

constantes, as mulheres são, em grande parte, esquecidas por seus companheiros, familiares e amigos.¹³ Esse isolamento reforça seu sofrimento psíquico e revela como as desigualdades de gênero extrapolam os muros da prisão, afetando sua dignidade e suas possibilidades de reintegração social.

Além de todo esse conjunto sistemático de violações à dignidade humana, tal invisibilidade e abandono não se limitam ao campo afetivo, mas estão diretamente relacionados à maneira como o corpo e a subjetividade das mulheres são moldados por estruturas disciplinares dentro da prisão.

Nesse contexto, é necessário revisitar as contribuições teóricas que ajudam a compreender como o corpo da mulher é disciplinado dentro da prisão. Michel Foucault, ao tratar da disciplina e do controle dos corpos, afirma que a lógica do encarceramento fabrica “corpos dóceis”, corpos que são submetidos, normalizados e convertidos em instrumentos de obediência política e utilidade econômica. Em sua obra “*vigiar e punir: nascimento da prisão*” Michel Foucault aponta:

A disciplina fabrica assim corpos submetidos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em suma: dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado, uma aptidão, uma capacidade que procura aumentar; e, por outro, inverte a energia, a força que daí poderia resultar, e faz dele uma relação de sujeição estrita.¹⁴

Essa lógica punitiva, aliada à ausência de escuta qualificada e à exclusão das vozes femininas na formulação de políticas penitenciárias, sustenta um ciclo de revitimização. O discurso jurídico que legitima tal modelo, ao se apresentar como neutro e técnico, ignora as múltiplas formas de violência (simbólica, física e institucional) sofridas pelas mulheres, sobretudo aquelas oriundas de contextos de extrema vulnerabilidade social.¹⁵

Dessa forma, é imperioso romper com a ideia de que a neutralidade da norma penal é suficiente para garantir justiça. O encarceramento de mulheres, especialmente daquelas que fogem ao padrão hegemônico branco, cisgênero e de classe média, escancara as falhas de um sistema que se pretende isonômico, mas que é, em sua base, seletivo e estruturado por valores patriarcais. É preciso reformular não apenas as práticas institucionais, mas também as bases epistemológicas que sustentam o modelo penal atual.

¹³ As Mulheres e o cárcere. Documentário produzido pela Pastoral Carcerária Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cTSgBhSU-dI&t=589s>. Acesso em: 05/05/2025.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 133-135.

¹⁵ FERRI, Carolina Alves; LIMA, Cezar Augusto Giacobbo de; PEREIRA, Larissa Urruth. A banalidade do mal no encarceramento feminino brasileiro: uma análise da violência institucional sob a ótica de Hannah Arendt. *Revista da Defensoria Pública do Estado do RS, Porto Alegre*, v. 2, n. 30, p. 53-69, 2022. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/485>. Acesso em: 08/05/2025.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: ENTRE A INVISIBILIDADE E A RESISTÊNCIA INSTITUCIONAL

A formulação de políticas públicas voltadas às mulheres em situação de privação de liberdade no Brasil enfrenta desafios estruturais que refletem a ausência de uma perspectiva de gênero nas ações estatais. Apesar de avanços normativos, como a promulgação da Lei nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância), observa-se uma lacuna entre a legislação e sua efetiva implementação no sistema prisional.¹⁶ Essa desconexão evidencia a necessidade de políticas que considerem as especificidades das mulheres encarceradas, especialmente aquelas relacionadas à maternidade e à saúde reprodutiva.

Nesse contexto, o Brasil assumiu compromissos internacionais voltados à proteção de mulheres em privação de liberdade por meio da adesão às Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, conhecidas como Regras de Bangkok. Aprovadas pela Assembleia Geral da ONU em 2010, essas normas constituem um marco internacional que estabelece diretrizes para garantir que os sistemas penais respeitem as particularidades de gênero.¹⁷

As Regras de Bangkok reconhecem, por exemplo, que a maioria das mulheres encarceradas sofrem múltiplas formas de vulnerabilidade como pobreza, violência de gênero, abuso sexual, ausência de redes de apoio e por isso defendem a adoção de medidas alternativas à prisão, sempre que possível. Quando a prisão for inevitável, os Estados devem assegurar condições humanizadas e adequadas às demandas femininas, incluindo atenção à saúde reprodutiva, acompanhamento psicológico, garantia de vínculo com os filhos e programas de reintegração social com recorte de gênero.¹⁸

Além disso, em sede Nacional, o próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também tem atuado na promoção de políticas que atendam às necessidades das mulheres encarceradas, como por exemplo, a publicação da versão oficial em português das Regras de Bangkok, bem como, a elaboração de resoluções específicas, como a Resolução nº 252/2018, que estabelece diretrizes para o tratamento e o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade, demonstrando o

¹⁶ Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Marco Legal da Primeira Infância. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em: 08/05/2025.

¹⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok). Resolução 2010/16, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 22 de julho de 2010. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Bangkok_Rules_ENG_22032015.pdf. Acesso em: 09/05/2025.

¹⁸ NASCIMENTO, Lorena Vitória Rodrigues do; LIMA, Maria Clara da Rocha; SILVA, Wirna Maria Alves da. Desafios e perspectivas na garantia de direitos: a aplicação das Regras de Bangkok para mulheres privadas de liberdade no Brasil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 11, n. 4, abr. 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18612>. Acesso em: 09/05/2025.

compromisso do país em alinhar o sistema penal brasileiro aos padrões internacionais de direitos humanos.¹⁹

Entretanto, a efetividade dessas normas ainda é limitada pela resistência institucional e pela falta de infraestrutura adequada nas unidades prisionais. A realidade é que mulheres continuam a enfrentar condições degradantes, como a ausência de espaços apropriados para gestantes e lactantes, e a falta de acesso a serviços de saúde específicos. Essas deficiências comprometem não apenas os direitos das mulheres presas, mas também os de seus filhos, que muitas vezes convivem com suas mães em ambientes inadequados para o desenvolvimento infantil.²⁰

Diante desse cenário, é imperativo que o Estado brasileiro adote uma abordagem interseccional na formulação e implementação de políticas públicas para mulheres privadas de liberdade. Isso implica em reconhecer e abordar as diversas formas de discriminação que essas mulheres enfrentam, relacionadas ao gênero, raça, classe social e maternidade. Somente por meio de políticas integradas e sensíveis às especificidades das mulheres encarceradas será possível garantir a efetivação de seus direitos e promover sua reintegração social de forma digna e humanizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encarceramento feminino no Brasil continua a refletir as falhas estruturais de um sistema penal concebido a partir de uma lógica punitivista, excludente e patriarcal. Ao longo deste artigo, demonstrou-se que a experiência da mulher privada de liberdade é atravessada por múltiplas camadas de vulnerabilidade, que vão desde o abandono institucional até a negação de direitos básicos, como o cuidado com os filhos, a saúde reprodutiva e a escuta qualificada de suas necessidades.

Apesar de a Constituição Federal garantir princípios como a dignidade da pessoa humana, a individualização da pena e a igualdade de direitos, a realidade das prisões femininas mostra um descompasso entre a norma e a prática. Ao mesmo tempo, a incorporação da Agenda 2030 das Nações Unidas, por meio dos ODS 5, 10 e 16, oferece parâmetros importantes para reorientar a política penal brasileira, integrando uma perspectiva de gênero, equidade e justiça social.

No entanto, reconhecer os problemas não é suficiente. É preciso propor caminhos concretos para transformações estruturais. Um dos primeiros passos envolve o fortalecimento da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, especialmente para mulheres gestantes, mães de crianças

¹⁹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 252, de 4 de setembro de 2018. Estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres gestantes e mães no sistema prisional e dá outras providências. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, n. 167, p. 55–59, 5 set. 2018. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2667>. Acesso em: 09/05/2025.

²⁰ DIUANA, Vilma, et al. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário brasileiro: violações e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 8, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RvQTNVx7QgrWDM5WwqWNBh/>. Acesso em: 10/05/2025.

pequenas ou responsáveis por pessoas com deficiência. A efetivação dessa diretriz, ainda hoje ignorada em diversas comarcas, pode reduzir significativamente o número de mulheres em situação de prisão provisória.

Outro caminho necessário envolve a implementação de políticas públicas permanentes e estruturadas dentro das unidades prisionais femininas, que estejam alinhadas às especificidades de gênero e aos princípios constitucionais. Para além de ações pontuais, é preciso garantir o acesso das mulheres presas à educação formal, à qualificação profissional e ao acompanhamento psicológico, com abordagens que considerem suas vivências e trajetórias. Tais iniciativas devem ser compreendidas não como benefícios facultativos, mas como instrumentos essenciais para a efetivação da dignidade humana e para a construção de possibilidades reais de reintegração social.

A ausência de tais políticas compromete a função ressocializadora da pena e perpetua o ciclo de exclusão que atinge de forma desproporcional as mulheres. Nesse sentido, investir em projetos pedagógicos, oficinas produtivas e redes de apoio pós-cárcere é uma estratégia concreta para romper com a lógica meramente punitiva e aproximar o sistema penal brasileiro de uma perspectiva de justiça social.

Por fim, é preciso que a sociedade e as instituições jurídicas passem a enxergar as mulheres encarceradas não como corpos descartáveis ou indignos de direitos, mas como sujeitos históricos, cujas trajetórias foram, muitas vezes, marcadas por abandono, pobreza e violência. A construção de um sistema de justiça penal verdadeiramente democrático exige a ruptura com uma lógica de silenciamento e o reconhecimento da voz dessas mulheres como elemento central no debate sobre o encarceramento.

A Agenda 2030 não deve ser tratada como um ideal abstrato, mas como um compromisso concreto e mensurável. Seu cumprimento no contexto prisional passa pela responsabilização do Estado, pelo monitoramento das políticas implementadas e, sobretudo, pela escuta ativa das mulheres que estão atrás das grades. Só assim será possível transitar de um modelo de punição para um modelo de justiça que seja, ao mesmo tempo, reparador, inclusivo e transformador.

REFERÊNCIAS

AS MULHERES e o cárcere. Documentário produzido pela Pastoral Carcerária Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cTSgBhSU-dI&t=589s>. Acesso em: 5 maio 2025.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista Direito GV*, v. 22, p. 523-546, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0523.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 252, de 4 de setembro de 2018. Estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres gestantes e mães no sistema prisional e dá outras providências. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, n. 167, p. 55-59, 5 set. 2018. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2667>. Acesso em: 9 maio 2025.

DARIAN, Sayle Nayrad Santos; CORDEIRO, Taiana Levinne Carneiro. (Des)Igualdade de Gênero no Sistema Prisional. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 10, p. 5052-5071, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i10.11889. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11889>. Acesso em: 2 maio 2025.

DIUANA, Vilma et al. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário brasileiro: violações e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 8, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RvQTNVx7QgrWDM5WwqWNBh/>. Acesso em: 10 maio 2025.

FERRI, Carolina Alves; LIMA, Cezar Augusto Giacobbo de; PEREIRA, Larissa Urruth. A banalidade do mal no encarceramento feminino brasileiro: uma análise da violência institucional sob a ótica de Hannah Arendt. *Revista da Defensoria Pública do Estado do RS*, Porto Alegre, v. 2, n. 30, p. 53-69, 2022. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/485>. Acesso em: 8 maio 2025.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 133-135.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). ODS 5 - Igualdade de Gênero. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>. Acesso em: 1 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). ODS 10 - Redução das Desigualdades. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>. Acesso em: 2 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods16.html>. Acesso em: 2 maio 2025.

LEI nº 13.257, de 8 de março de 2016. Marco Legal da Primeira Infância. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em: 8 maio 2025.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 118.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres – 2ª Edição. Brasília, 2018. Disponível em: https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf. Acesso em: 2 maio 2025.

NASCIMENTO, Lorena Vitória Rodrigues do; LIMA, Maria Clara da Rocha; SILVA, Wirna Maria Alves da. Desafios e perspectivas na garantia de direitos: a aplicação das Regras de Bangkok para mulheres privadas de liberdade no Brasil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 11, n. 4, abr. 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18612>. Acesso em: 9 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok). Resolução 2010/16, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 22 de julho de 2010. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Bangkok_Rules_ENG_22032015.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 1 maio 2025.

QUEIROZ, Nana. Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres tratadas como homens nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SOUZA, Eloisio Moulin de et al. Ressocialização, trabalho e resistência: mulheres encarceradas e a produção do sujeito delinquente. Cadernos EBAPE.BR, v. 16, n. 3, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/s4pJFdfkW6cmRs4VyTHBBWD/>. Acesso em: 2 maio 2025.